6. Prestadas estas informações, iniciemos a análise da legislação quanto à cessão de servidores de outras esfera de poder com ônus ao poder executivo federal.

7. A análise do referido assunto pautar-se-á no Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamenta o art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

8. O referido ato regulamentador estabelece, em seu art. 5º, que os órgão e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão solicitar **a cessão** de servidor ou empregado oriundo de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, **para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança** e, ainda, **requisitar nos casos previstos em leis específicas**, conforme verifica-se da seguinte transcrição:

Art. 5º Observada a disponibilidade orçamentária, a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderá solicitar a cessão de servidor ou empregado oriundo de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e, ainda, requisitar nos casos previstos em leis específicas.

9. Ademais, estabeleceu-se que as requisições com ônus para a Administração Pública Federal se daria nas situações elencadas no seu art. 11, *in verbis*;

Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de : [\(Redação dada pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 7.470, de 2011\)](#)

I - cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, e de Natureza Especial ou equivalentes; e [\(Incluído pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#)

II - cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 3, ou equivalente, destinado a chefia de superintendência, de gerência regional, de delegacia, de agência ou de escritório de unidades descentralizadas regionais ou estaduais. [\(Incluído pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#)

§ 1º As cessões já autorizadas sob a égide do Decreto nº 925, de 10 de setembro de 1983, poderão ser mantidas, desde que manifestado o interesse pelo órgão cessionário e observado, quanto ao reembolso, as disposições deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto nº 4.493, de 3.12.2002\)](#)

(...)

10. Assim, pode-se concluir que as cessões para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, com **ônus** somente poderá ocorrer para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, e de Natureza Especial ou equivalentes, ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 3, ou equivalente, destinado à chefia de superintendência, de gerência regional, de delegacia, de agência ou de escritório de unidades descentralizadas regionais ou estaduais.

11. Ainda, em relação à cessão de servidores municipais para a percepção da Gratificação de Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal - GSISTE, este órgão central do SIPEC se manifestou por intermédio da Nota Técnica nº 241/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, de 19/5/2011, concluindo nestes termos:

12. Conforme se observa, a cessão destinada a atender aos Sistemas Estruturados elencados no art. 15 acima, independe do servidor ocupar cargo em comissão, entretanto, para que possa ocorrer deve atender a três condições, cumulativas, quais sejam; o servidor deverá estar investido em cargo efetivo; ser regido pela lei nº 8.112, de 1990; e ser oriundo do Quadro de Pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública federal.

CONCLUSÃO

12. Isto posto, conclui-se que as cessões com ônus para o Poder Executivo de servidores de outras esfera de poder poderá ocorrer estritamente nas situações elencadas no art. 11 do Decreto nº 4.050, de 2001. Ademais, as cessões para a percepção da Gratificação de Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal - GSISTE, se só poderão ocorrer caso os servidores atendam aos requisitos estabelecidos no item 9 deste expediente.

13. Com estas informações, sugere-se a restituição dos autos à Coordenação de Administração e Informação - COADI/SEGEP, para conhecimento e adoção das providências junto à COGEP-MP, que julgue necessárias.

Brasília, 21 de Agosto de 2012.

MÁRCIA ALVES DE ASSIS
Chefe da DILAF

TEOMAIR CORREIA DE OLIVEIRA
Chefe da DIPVS

De acordo. À consideração superior.

Brasília, 21 de Agosto de 2012.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'ÁVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação de Administração e Informação - COADI/SEGEP, na forma proposta.

Brasília, 22 de Agosto de 2012.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal - Substituto